

Difícil implementação da paz

PÚBLICO, 3.12.94

Jorge Heitor*

Só este fim-de-semana é que se deverá reunir em Luanda a Comissão Conjunta encarregada da difícil implementação do acordo de paz assinado em Lusaca no dia 20 de Novembro; e entretanto as duas partes ainda se acusam de violações do cessar-fogo.

Ontem à tarde continuava a ser aguardado em Luanda o helicóptero que as Nações Unidas tinham enviado a uma vila do Planalto Central de Angola para recolher a delegação da UNITA à Comissão Conjunta criada pelo acordo de Lusaca, com o objectivo de implementar a paz, após os dois anos de guerra fratricida que se seguiram às eleições gerais de 1992.

A Comissão Conjunta (CC), que é presidida pela ONU e que se espera que este fim de semana comece finalmente a trabalhar na capital angolana, deverá debater as acusações cruzadas de violação do cessar-fogo que entrou oficialmente em vigor no dia 22 de Novembro e as preocupações da UNITA quanto à sua segurança em território luandense.

Tendo em conta todo o historial de Angola e a grande desconfiança desde há muito existente entre o Estado/MPLA e a UNITA, diplomatas que acompanham de perto o processo consideram extremamente difícil a implementação de tudo aquilo que foi assinado em Lusaca, para se concretizar ao longo de ano e meio. E o próprio delegado daquele segundo partido em Portugal, Adalberto Costa

Júnior, nos dizia ontem ao fim da tarde que "o acordo está ainda muito frágil".

Pela sua parte, o advogado maliano Alioune Blondin Beye, representante em Angola do secretário-geral das Nações Unidas, Butros Butros-Ghali, tem procurado minimizar as acusações vindas de uma e outra parte quanto a violação do cessar-fogo. Mas a verdade é que a simples demora no arranque dos trabalhos da CC, que já há vários dias deveria estar a funcionar em Luanda, começa a ser preocupante, tal como o facto de a Missão de Verificação das Nações Unidas (Unavem) ainda só contar com 80 elementos e só numa segunda fase ir passar para 300.

Beye foi esta semana a Gbadolite, a terra natal do Presidente zairense, Mobutu, a fim de conferenciar com dirigentes da UNITA que ali se encontravam; e na próxima deverá ir a Nova Iorque, para uma reunião em que o Conselho de Segurança tem em agenda formalizar a existência da Unavem III e dotá-la com cerca de sete mil homens.

Savimbi gera polémica

Entretanto, um elemento ligado à mediação considerou, ao ser abordado pelo PÚBLICO, "um factor de certa perplexidade" o não aparecimento nu-

ma base regular, desde há meses, do presidente da UNITA, Jonas Savimbi, excepção feita à audiência que no dia 22 de Outubro concedeu a Beye.

Em Luanda, reconhece-se que a intensidade dos combates diminuiu significativamente de há 11 dias para cá, mas ainda ontem a Voz da Resistência do Galo Negro (Vorgan) alegava que o Andulo, na província do Bié, fora sobrevoado por caças governamentais; e que a própria Jamba, onde estariam agora jornalistas estrangeiros, também fora sobrevoada "e fotografada".

Na quarta-feira, o Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas Angolanas, general João de Matos, lamentara que a UNITA estivesse a realizar acções militares; e tropas desse partido foram acusadas de ter destruído, no passado fim de semana, uma ponte rodoviária sobre o rio Lundungo, entre Bocoio e Balombo, na província de Benguela.

Adalberto Costa Júnior, porém, alegou-nos que as tropas terrestres e a aviação governamentais é que estão a actuar numa série de províncias, contra o estipulado no acordo de Lusaca, que

obrigaria a uma permanência das forças "in situ", sem quaisquer novas movimentações militares. E que é urgente o desdobramento dos observadores da ONU por todo o território, com meios adequados à devida fiscalização do que se está a passar.

Por outro lado, o delegado do Galo Negro em Lisboa disse-nos que ainda há três dias esteve em contacto telefónico com Savimbi, que lhe esclareceu a posição do partido quanto a Portugal.

e que todas as especulações sobre o estado do seu líder "partem da imprensa portuguesa".

* com Aguiar dos Santos, em Luanda

LUÍS RAMOS



Savimbi continua a ser "um factor de certa perplexidade"

Evitar o descarrilamento

PÚBLICO, 4.12.94

A UNITA afirma que é numa tentativa de evitar que "o processo descarrile" que envia para Luanda uma delegação de cinco elementos, chefiada pelo brigadeiro Isaias Samakuva, membro do Comité Permanente da sua Comissão Política e representante em Londres.

Ao fim da tarde de ontem, o porta-voz da delegação daquele partido em Portugal, Rui Oliveira, ainda não podia confirmar que a delegação há uma semana esperada já estivesse de facto na capital angolana. Mas sublinhava que a mesma ia para os trabalhos da Comissão Conjunta (CC) "apesar da ofensiva governamental não ter parado".

Segundo a UNITA, haveria ainda em curso uma ofensiva generalizada, por parte das Forças Armadas Angolanas (FAA), "com bombardeamentos indiscriminados e morte de milhares de civis", estando "centenas de milhares de pessoas a ser perseguidas".

Doze dias depois de ter entrado em vigor um cessar-fogo que deveria dar corpo ao acordo de paz assinado em Lusaca, Rui Oliveira falava de "uma verdadeira tragédia humana, um êxodo de populações, perseguidas pela aviação e pelo exército governamentais".

Na sexta-feira, o represen-

tante de Jonas Malheiro Savimbi em Portugal, Adalberto Costa Júnior, dissera ao PÚBLICO que o acordo formalmente assinado há duas semanas na capital zambiana ainda está "muito frágil". E uma fonte afecta ao processo de mediação considerava "extremamente difícil a sua necessária implementação".

Primeiro passo

A reunião da CC é precisamente um primeiro passo para se evitar o descarrilamento deste desejável regresso à paz e alguns observadores comentam que a mesma "está a registar uma demora injustificada", por os homens da UNITA não se terem já apresentado em Luanda durante a semana passada.

Espera-se agora que os trabalhos possam finalmente começar hoje, ao mesmo tempo que os únicos 80 representantes da ONU já presentes em Angola começam a ser distribuídos por todo o país e a receber os meios considerados necessários para o seu papel de fiscalização do cessar-fogo.

Dentro de algumas semanas a Missão de Verificação das Nações Unidas (Unavem) deverá ter no terreno 300 homens, mas só a partir de Janeiro é que se deverá começar mesmo a solidificar

o contingente de uns sete mil capacetes azuis previsto para tão grande tarefa.

Sendo Angola um país que tem 14 vezes o tamanho de Portugal, é praticamente impossível a um simples grupo de 300 ou 400 homens verificar com qualquer eficácia se as forças em presença estão mesmo nos aquartelamentos onde devem estar e se não se preparam grandes esconderijos de armas, para o que der e vier.

Por isso, quanto mais tempo demorar a chegada do grosso das tropas e dos polícias previstos pela ONU mais difícil vai ser que o processo pacificador se consolide e que os angolanos conheçam uma tranquilidade raramente registada durante os últimos 33 anos.

Esses são alguns dos problemas a equacionar pelos 15 membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas, quando no dia 15 se reunirem em Nova Iorque, sob a presidência do Ruanda, para se debruçarem uma vez mais sobre a situação angolana.

Alioune Blondin Beye, representante em Luanda do secretário-geral Butros Ghali, vai estar lá para os ajudar a tomar decisões, particularmente no que diz respeito à premência do envio de fortes contingentes de capacetes azuis. ■ J.M.

jazidas de minérios preciosos, pescas, petróleo, agricultura."

Hipólito Amela, presidente da Associação dos Jovens Empresários de Moçambique, diz que as condições existem. Melhor: dada a legislação promulgada nos últimos três anos e dada a emergência de uma cultura empresarial, "existem óptimas condições para a criação de empresas". "Não há condições para manter as que se criam, a mortalidade de empresas é elevadíssima." E acrescenta: "Também foi por isso que torcemos para que ganhasse a Frelimo, para que haja continuidade na política que está a ser implementada, uma ruptura agora seria péssima".

E enumera as correções imprescindíveis: o sistema de tributação está viciado, o Orçamento Geral do Estado e a pesadíssima máquina do funcionalismo público são fortemente subsidiados pelos empresários, que "despejam" nos cofres governamentais 49 por cento dos seus lucros todos os anos. O sistema de crédito está igualmente viciado e, em vez de financiar o sector produtivo, financia o próprio Estado.

"O Estado, em vez de investir, desperdiça, está cheio de gastos supérfluos, de corruptos, e, para mais, é sempre o mesmo grupo de pessoas que beneficia das linhas de crédito". Depois, diz Amela, ainda não há a noção de que o Estado deve continuar a apostar nos empresários que falham: "Não é financiar a incompetência, mas permitir alguma aprendizagem com o erro." Afinal, "foi o Estado que colectivizou e agora está a entregar as empresas completamente obsoletas, sem ter reinvestido nada".

Burocracia, corrupção e macrocefalia

Outro dos grandes problemas, segundo Amela, é o funcionalismo público. "O Estado bem que pode promulgar leis; só que os seus próprios funcionários sabotam-nas, não deixam que funcionem. É um problema generalizado, a cultura do dinheiro fácil, que está a passar de geração para geração... para que é que eu vou esperar uns anos para ganhar 20 mil com o meu investimento se posso ganhar cem mil, rapidamente, num 'esquema'?" Sem moralização do aparelho estatal e da sociedade civil, diz, nunca existirá uma classe empresarial digna desse nome.

Todos reconhecem que um dos pontos a combater é a abeirdade macrocefalia de Maputo, o abandono da terra e da agricultura, resultantes de décadas de guerra. A multidão de desempregados, de proporções desconhecidas, das pessoas que vivem no subemprego, do salário mínimo bastante comum (117 mil meti-

O paradoxal optimismo de Moçambique

PÚBLICO, 4.12.94

Diz-se em Maputo que Joaquim Chissano estará a receber respostas negativas das pessoas que vai convidando para o Governo. Verdade ou mentira, há, contudo, factos indelmentáveis: as eleições democráticas estão feitas, Moçambique — dizem os próprios economistas locais — é não só o país mais pobre do mundo como o mais endividado. O próximo ministro das Finanças encontrará em cima da secretária um lembrete que lhe dirá que o país deve quase 6000 milhões de dólares. Para 1995, necessita de 1,2 mil milhões, estando apenas garantidos, até ao momento, 882 milhões.

Paradoxalmente — e para além das camadas mais desfavorecidas da população, que esperam um "milagre" —, os agentes económicos moçambicanos estão optimistas. Moderadamente optimistas, mas optimistas. Para

além da dívida, das infra-estruturas quase totalmente destruídas, do tecido social corrompido, da inexistência de uma classe empresarial, aconteceu, nos últimos dias, um "fenómeno".

Se durante toda a campanha eleitoral não se viu nos jornais estatais uma linha sobre calamidades no país, nos últimos dias, as primeiras páginas trazem impreterivelmente dois assuntos: fome e seca. Afinal estão (têm estado) pessoas a morrer, todos os dias, por não terem que comer; os níveis de precipitação são idênticos aos do início da década, quando se viveu a "seca do século". Lê-se no jornal "Notícias": "É de prever um cenário dramático".

Simon Bell, um dos homens-fortes do Banco Mundial, não tem dúvidas de que, até ao final da década, a economia moçambicana não parará de crescer, entre cinco a seis por cento ao ano.

"Neste país, os números são muito suspeitos, mas pode-se dizer que, em 1993, o crescimento económico rondou os 19 por cento... Bom, não é tão espectacular. Aparentemente, não podia descer mais..." Mas, afinal, o que é optimismo quando se fala de optimismo em Moçambique?

Américo Magaia, empresário e director da Feira Internacional de Moçambique, considera que este é um momento-chave para o país: "Os dados estão lançados. A paz era o elemento essencial para atrair investimento estrangeiro e não só o país tem potencialidades como faz parte do bloco económico da África Austral, que se está a constituir."

E enumera: no Zimbabwe, está em vigor um sistema capitalista, se bem que centralizado; no Malawi, há novo governo; na Zâmbia, vive-se o desenvolvimento de uma filosofia de economia de mercado; a África do Sul — o gigante da área e centro de todo o desenvolvimento da região — está a pôr em prática todo um processo de reformas. Moçambique não foge à regra. "A África Austral vai ter que ser vista como um bloco económico constituído por 200 milhões de pessoas e que tem potenciais enormíssimos, com as maiores

Continua na pág. 3

“Quem é quem” da cena política moçambicana

Destinos cruzados

José Pinto de Sá,
em Maputo

As grandes transformações na sociedade moçambicana ao longo do processo de paz trouxeram à ribalta caras novas e, ao mesmo tempo, relegaram velhas glórias para o caixote de lixo da História. Enquanto se espera pelo anúncio do Governo, que ainda demorará pelo menos uma semana, os mexericos políticos em Maputo resumem-se a três perguntas: Quem desce? Quem sobe? Quem chega a ministro?

A pesar do secretismo que rodeia os contactos para a formação do Governo, quase toda a gente acredita que o próximo primeiro-ministro será Pascoal Mocumbi, até agora titular dos Negócios Estrangeiros. Fundador da Frelimo e colaborador próximo de Eduardo Mondlane, formou-se em Medicina na Suíça, antes de regressar a Moçambique, onde inicialmente ocupou a pasta da Saúde. É o nome mais falado para liderar o novo executivo, já que é dada como certa a partida de Mário Machungo. Há muito que o primeiro-ministro cessante vê a sua autoridade contestada por ministros como Armando Guebuza e Mariano Matsinha, que hierarquicamente estão acima dele no partido.

Chipande — O decano do Governo cessante, Alberto Chipande, ministro da Defesa desde a independência, também não será reconduzido. A sua responsabilidade no descalabro do ex-Exército governamental inviabiliza de todo a sua continuação no posto, quando se pretende edificar as novas Forças Armadas. O velho guerreiro makonde conserva, porém, o seu lugar no Parlamento, eleito por Cabo Delgado, onde, há 30 anos, deu o primeiro tiro da guerra anticolonial. Muitas figuras são sugeridas para lhe suce-

der na Defesa, incluindo o actual titular das Finanças, Eneias Comiche, um civil que nunca foi acusado de corrupção, o grande mal do sector militar.

Guebuza — Considerado um dos políticos mais fortes de Moçambique e associado desde sempre à linha dura da Frelimo, Armando Guebuza vai por certo permanecer no Governo. Para muitos, o problema é que ele é poderoso de mais para continuar nos Transportes e Comunicações, mas também poderoso de mais para que Joaquim Chissano lhe entregue uma pasta mais à sua feição, como a da Defesa ou a do Interior. Negociador-chefe dos acordos de Roma, pelo Governo, e cabeça de lista do seu partido na província de Maputo, Guebuza será sem dúvida um dos raros dirigentes históricos da Frelimo a sobreviver à transição para o multipartidarismo.

Domingos — O negociador-chefe pela Renamo, Raul Domingos, teve um percurso accidentado. Foi raptado num raide da Renamo, mas não se deu por vencido e, de prisioneiro, acabou por ascender aos escalões mais altos da Resistência. Hoje é considerado extremamente influente junto de Afonso Dhlakama, secundando o líder em grandes ocasiões. Cabeça de lista em Sofala, foi eleito à larga, num círculo onde a Renamo bateu a Frelimo por 18 deputados contra três. É impossível que Chissano gostasse de ter este brigão no seu Governo, mas a Frelimo vai ter de se haver com ele, porque vai pesar muito na bancada parlamentar da Renamo, que vai dirigir.

Mazula — Os homens não se medem aos palmos e, neste momento, Brazão Mazula é provavelmente a personalidade mais respeitada do país. Intelectual de formação católica, regressou de um doutoramento em Ciências da Educação, no Brasil, para presidir à Comissão Nacional de Eleições (CNE). Através das tempestades, a sua isenção nunca foi de facto contestada, apesar de o seu irmão, Aguiar Mazula, ter ocupado a pasta da Administração Estatal no último Governo da Frelimo. Chissano

no ofereceu-lhe um lugar no futuro executivo, mas ele recusou, para evitar equívocos sobre a sua imparcialidade no processo eleitoral. Muita gente pensa que daria um bom candidato à Presidência, em 1999.

Leonor — Outra figura que as eleições revelaram foi a jovem jurista Leonor Joaquim. Já se contava entre os advogados mais cotados do foro maputense antes do processo eleitoral, quando trabalhava no departamento jurídico do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Culta e elegante, destacou-se pelo seu trabalho na CNE e é hoje uma das mulheres mais destacadas na vida pública moçambicana. Vai subir de certeza e é impossível que Chissano não se tenha lembrado dela com vista ao futuro executivo, tanto mais que a Frelimo sempre fez questão de garantir a presença feminina nos seus governos. Resta saber se o poder executivo lhe interessa mais do que o judicial.

Alone — Uma das estrelas da oposição na Assembleia da República (AR) vai ser por certo David Alone, embora a sua ligação à Renamo só seja conhecida há uns meses e não passe por Maringwé. Formado em Lisboa e casado com uma portuguesa, é um intelectual de fino trato e porte elegante, natural de Tete, mas vivendo há muito na Zâmbia, onde encabeçou a lista da Renamo. O anúncio da sua candidatura surpreendeu toda a gente e irritou vivamente o Governo, que durante anos lhe confiou a gestão de importantes empresas estatais e depois o contemplou no processo das privatizações. Fala-se muito nele, caso Chissano venha a colocar um governador da Renamo na Zâmbia.

Máximo — Apesar dos modestos resultados que ele e o seu partido alcançaram nas eleições, o advogado zambiano Máximo Dias é dado como um dos líderes da oposição não armada que o Presidente Joaquim Chissano consultou com vista à formação do próximo executivo. O veterano adversário da Frelimo formou-se em Direito em Portugal, onde esteve 20 anos exilado, antes de

regressar a Moçambique para apresentar a sua “candidatura didáctica”. As suas posições moderadas e apaziguadoras durante a campanha grangearam-lhe o respeito de amigos e inimigos e fala-se muito dele em ligação com várias pastas, incluindo a da Justiça.

Matos — O jovem reitor da Universidade Eduardo Mondlane, Narciso Matos, foi o único responsável moçambicano a reconhecer a existência de corrupção nos seus serviços e a tomar medidas, embora tímidas, contra o mal. Nascido numa família de tradições nacionalistas, militou nas organizações juvenis da Frelimo antes de se doutorar em Química na Alemanha Democrática e regressar a Moçambique para uma brilhante carreira académica. Muitos consideram que se trata do mais sério sucessor ao cargo de ministro da Educação, que vai inevitavelmente vagar com a partida de Aniceto dos Muchangos, cuja incompetência no executivo cessante foi das mais notadas.

Massinga — O mais conhecido dos nove deputados da coligação União Democrática (UD), José Massinga, é um sobrevivente nato. Foi preso pela primeira vez pela PIDE em 1961, mas acabou por chegar aos EUA, onde se licenciou em Ciências Políticas e representou a Frelimo na ONU durante os anos 60. Doutorou na Suíça, regressou a Moçambique e trabalhou nos Negócios Estrangeiros antes de ser preso pelo SNASP (polícia política), acusado de espiar a favor da CIA. Após uma longa detenção sem culpa formada, foi libertado, partindo de novo para o exílio. De regresso ao país, após a abertura multipartidária, fundou, em 1992, o Partido Nacional Democrata (Panade), um dos três a integrar a UD.

Simango — Embora o seu Partido de Convenção Nacional (PCN) não tenha ido além de 1,27 por cento nas eleições legislativas, Martinho Lutero Simango é o político da oposição não armada mais cobiçado, tanto pela Frelimo como pela Renamo. Os mexericos políticos em Maputo dão por certo que Chissano o abordou com vista à formação do futuro Governo, mas resta saber se isso lhe interessa. O jovem engenheiro químico, que participou na fundação do PCN há quatro anos, tem velhas

Continua na pág. 5

Continuação da pág. 4

Destinos cruzados

contas a ajustar com a Frelimo. O seu pai, o reverendo Uria Simango, integrou a "troika" que dirigiu a Frelimo após a morte de Eduardo Mondlane, em 1969, mas acabou por ser deposto pela ala comunista e fuzilado.

Nimuire — Para muitos jornalistas, a figura pública mais interessante revelada pelo processo de paz é Júlio Nimuire, o combativo presidente da Associação Moçambicana de Desmobilizados de Guerra (Amodeg). Veterano do Exército governamental, manteve, contudo, uma exata equidistância relativamente às cúpulas dos ex-beligerantes, espalhados pelo país. A Amodeg já anunciou que vai submeter ao futuro Governo um rigoroso caderno de reivindicações, uma iniciativa apadrinhada por ilustres personalidades, incluindo o presi-

dente da CNE, Brazão Mazula. A seguir.

Marcelino — Fundador da Frelimo e número dois no regime samoriano, onde representava a ortodoxia comunista, Marcelino dos Santos é o mais famoso ausente da próxima AR. Aos 65 anos, o presidente do Parlamento cessante não esconde a sua oposição ao multipartidarismo e ainda se recusa a apertar a mão a Dhlakama. Não figurou sequer nas listas da Frelimo e as suas aparições mais notadas têm lugar em discotecas, acompanhado de jovens beldades. Agora poderá escrever as memórias, olhando o Índico do palacete que está a construir na avenida mais selecta de Maputo, a dois passos da nova moradia do ex-ideólogo Jorge Rebelo, outro dos jurássicos passado à História. ■

cios Estrangeiros não desejam que se saiba de forma alguma quais é que foram nos últimos anos os eventuais clientes-tabu; pois entendem que isso poderia danificar profundamente uma indústria que se foi desenvolvendo ao longo de décadas de isolamento.

De forma algo surpreendente para alguns, no estrangeiro, o novo regime da África do Sul está a assumir uma linha de continuidade em relação a algumas das grandes opções estratégicas do tempo do "apartheid". E só assim, sem grandes rupturas, é que o país pretende potenciar o mais possível todas as suas riquezas, entre as quais se contam reservas de ouro, crómio, platina, diamantes e carvão.

Negócio é negócio

"Os países que comerciam connosco apesar das sanções não desejaram continuar a fazê-lo se ficarem numa situação embaraçosa. Poderíamos ficar sem clientes", disse nesta última semana à agência Reuter uma fonte do ministério da Defesa, tornando assim bem claro que o Governo de Unidade Nacional liderado pelo ANC não quer de forma alguma destruir negócios encetados pelos boers.

A lista já conhecida admitia que há cinco anos se estivessem a fazer transacções com a antiga Jugoslávia, com o Zaire, com Israel e com a Irlanda, entre muitos outros mercados. Mas a lista, que ainda é mantida em segredo pelo menos até ao próximo dia 8, poderá eventualmente conter parceiros algo sensacionais, como seriam um Zimbábue, uma Zâmbia ou uma Angola, que tão encarniçadamente falavam contra o regime de Pieter Botha e de Frederick de Klerk. Essa é a especulação deixada em aberto pela pedra que o governo deseja colocar sobre o assunto.

Por outro lado, o regime liderado por Nelson Mandela, e que tem no Partido Nacional do agora vice-presidente De Klerk

um dos seus sustentáculos, tenta por todas as formas ignorar a situação difícil que lhe é criada pela existência em Angola de algumas largas centenas de militares sul-africanos, contratados por Luanda.

Segundo Pretória, os homens contratados pela empresa Executive Outcomes não são propriamente mercenários, pois que apenas teriam por missão treinar as Forças Armadas Angolanas. Mas há notícias de que eles lideraram ofensivas, designadamente contra as zonas diamantíferas das Lundas que estavam até Julho em poder da UNITA.

A perda de muitos dos diamantes com que estava a financiar a luta significou para o partido de Jonas Savimbi, nos últimos quatro meses e meio, um grande ponto de viragem na situação militar. E um dos aspectos mais sensacionais de todo este imbróglio é que entre os "treinadores" das FAA está agora o major Wynand du Toit, que em Maio de 1985 foi ferido e preso por essas mesmas Forças Armadas durante uma acção de sabotagem em Cabinda, ao serviço de um regime sul-africano então profundamente adversário do MPLA.

Depois de alguns anos de cativeiro, Du Toit voltou à África do Sul e publicou um livro sobre aquilo que fora a sua cruzada contra o comunismo, ao serviço dos valores cristãos dos afrikaners. Mas depois... os negócios correram-lhe mal, entrou na bancarrota e ei-lo que volta a Angola, desta vez para colaborar com aqueles que combatera e que o tinham mantido na cadeia!

Com antigos guerrilheiros do ANC a defenderem agora velhas indústrias herdadas do tempo do tenebroso "apartheid" e com ex-combatentes do Exército boer a defenderem agora, a título particular, a unidade do Estado angolano, só uma verdade permanece: Pretória é um forte poder regional e dá cartas em toda a África Austral. ■

*com Steven Lang, em Joanesburgo

Armas para todos

PÚBLICO, 4.12.94

Jorge Heitor*

A África do Sul, agora em plena vivência democrática, está disposta a fornecer armas a praticamente todo o mundo, mas evita dizer o nome de certos parceiros desse negócio, para evitar dissabores, como os que já tem por algumas centenas de cidadãos seus estarem a combater em Angola, em defesa do Estado governado pelo MPLA.

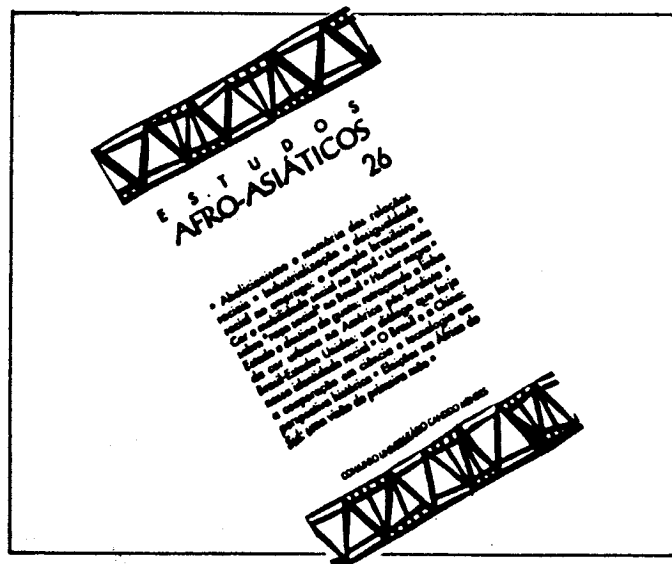
A República da África do Sul, país de excelentes infra-estruturas e de uma rede rodoviária e ferroviária ao nível

da Europa, é também um grande produtor mundial de armamento, negócio a que se pode dedicar agora mais ou menos às claras, depois do grande sigilo em que por vezes o fez antes do fim do "apartheid".

Nesta última semana, a imprensa liberal sul-africana deu conta de que no fim da década de 80 já o grande empório nacional de armamento, a Armscor, estava autorizado a negociar com países como a China e a Albânia. E acrescentou que há uma lista de mais alguns parceiros potenciais, que as novas autoridades não querem de forma alguma que sejam revelados.

Um juiz do Supremo Tribunal proibiu, pelo menos durante alguns dias, que o seu colega que chefia uma comissão de inquérito à indústria de armamentos divulgue todos os países com os quais, a Armscor, na altura da transição para uma sociedade democrática e plural, estava autorizada a negociar, em maior ou menor grau.

As Forças Armadas, a Armscor e o ministério dos Negó-



Comissão Conjunta reúne-se finalmente em Luanda

Paz ganha terreno em Angola

PÚBLICO, 5.12.94

A reunião, em Luanda, da Comissão Conjunta encarregada de implementar o acordo de Lusaca é um sinal positivo de que a paz começa lentamente a ganhar terreno em Angola, depois de um longo período de muita desconfiança e de acusações mútuas.

As duas partes da guerra civil em Angola encetaram ontem em Luanda, sob a presidência das Nações Unidas, os trabalhos da Comissão Conjunta (CC) que tem por objectivo fazer implementar, até 1996, as diversas fases do acordo de paz que o mês passado foi formalmente assinado em Lusaca.

"Queremos reiterar uma vez mais o nosso compromisso para com o processo de paz de Lusaca", disse na ocasião o chefe do grupo da UNITA que horas antes chegara à capital, brigadeiro Isaías Samakuva, membro do Comité Perma-

nente da Comissão Política e representante do partido em Londres.

"É urgente aprofundar a confiança que foi criada entre as pessoas que negociaram em Lusaca e transmitir esta confiança ao povo angolano", afirmou ainda o brigadeiro, que é a mais alta personalidade da UNITA a voltar a Luanda nos últimos dois anos, ao longo dos quais decorreu uma guerra de grande intensidade.

Por seu turno, o primeiro-ministro Marcolino Moco afirmou na mesma oportunidade que o governo de Angola está empenhado na concretização do acordo de paz de Lusaca; e que o que aconteceu em 1992 não voltará a acontecer.

"Cremos que esta casa onde a Comissão Conjunta funcionará não mais voltará a ser cenário de tristeza", sublinhou Moco, enquanto o representante local das Nações Unidas, Alioune Blondin Beye, incitava as duas partes a garantirem que desta vez o processo de paz é mesmo a sério.

"Não podemos desapontar as grandes esperanças do povo angolano, especialmente depois do êxito das recentes soluções de paz alcançadas na África do Sul e em Moçambique", disse Beye.

Acantonamento e desmobilização

A partir de amanhã, a CC vai tratar de colocar em vigor mecanismos de contro-

lo e designar locais para o acantonamento das tropas de um e outro lado, antes do seu desarmamento e desmobilização.

A chegada, os homens da UNITA reconheceram que a situação permanece muito tensa, mas diferentes diplomatas têm notado que o nível das acções no terreno diminuiu sensivelmente desde o início oficial do cessar-fogo, em 22 de Novembro, um mês depois de Beye ter ido à província do Huambo falar com Jonas Savimbi. [Ver texto abaixo].

As Nações Unidas já enviaram um pequeno número de observadores para o Huambo, o Uije, o Moxico, a Huíla e o Cuando-Cubango, a fim de verificarem se o cessar-fogo está mesmo a ser respeitado ou não. Mas antes do fim do ano a organização não deverá contar com mais de 400 homens no terreno, o que é manifestamente muito pouco.

Pouco depois da cerimónia de ontem, nas instalações da antiga Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) que fora criada pelos acordos de Bicesse, o representante do secretário-geral Butros Butros-Ghali seguiu para Nova Iorque, onde está agendada para dia 8 uma reunião do Conselho de Segurança dedicada a Angola.

Quando voltar a Luanda, pouco antes do Natal, já deverá levar

consigo a garantia de que a ONU consegue mesmo mobilizar uns sete mil capacetes azuis para a garantia da paz angolana, não se ficando pela economia de meios que em 1992 contribuiu para o reacender da guerra, depois da realização de eleições gerais.

Entretanto, durante o arranque de ontem, dos trabalhos da CC, Marcolino Moco garantiu que o governo de Angola defende "uma cultura política assente na tolerância e no respeito pelas ideias dos outros, desde que elas obedeçam às regras do jogo democrático".

Um dos presentes, o embaixador de Portugal em Luanda, João Rocha Páris, observador do processo, a par de representantes dos Estados Unidos e da Rússia, considerou que a chegada da delegação da UNITA — aguardada desde a semana passada — constituía um "passo fundamental" para a concretização da paz em Angola.

Páris não desejou fazer comentários à intenção, manifestada por Samakuva, de colocar na mesa, quando amanhã os trabalhos forem reatados, a questão de se saber se Portugal é um não um observador neutro, devido à sua assistência técnica à Força Aérea Angolana. ■

Renamo estraga a festa

PÚBLICO, 9.12.94

*Luís Pedro Nunes,
em Maputo*

"De África vem sempre algo de novo", ironizou em latim um deputado da Frelimo para caracterizar a atitude da oposição: Renamo e União Democrática recusaram participar

na eleição do presidente da Assembleia da República pelo sistema de braço no ar e abandonaram o plenário. A Renamo jogou o tudo por tudo para conseguir o segundo cargo do Estado.

Os deputados da Renamo e da União Democrática abandonaram ontem a sala do plenário quando estava a ser investido o presidente da Assembleia da República proposto e votado pela Frelimo. A retirada deveu-se à utilização do sistema de votação aberta — vulgo, braço no ar — quando a oposição pretendia o voto secreto na esperança de que alguns deputados da maioria virassem a casaca e viabilisassem a eleição do número dois

da Renamo, Raul Domingos.

Assim, a oposição — se bem que ainda estivesse presente na sala — nem sequer votou contra Eduardo Mulembwe. Viu a Frelimo a votar e depois retirou-se da sala, perante a estupefacção dos convidados e com os deputados da Frelimo entre a consternação e alguma desorientação.

Continua na pág. 7

Continuação da pág. 6

Renamo estraga a festa

ção, dado que estavam certos de eleger Eduardo Mulembwe facilmente e não previam este golpe de teatro típico da Renamo.

Agora, e mais uma vez, reina a dúvida sobre o que irá acontecer em Moçambique. A II República, a primeira saída de voto democrático, está para já em compasso de espera, pois a Renamo e a UD recusaram-se a afirmar abertamente — quando questionadas — se voltam a sentar-se no parlamento. E, contudo, mais verosímil é que este seja um novo "bluff" esboçado por Afonso Dhlakama, e que visa tentar invalidar a eleição de Eduardo Mulembwe, numa próxima sessão, com argumento de que não foi legítima, dada a não participação da oposição.

Pela manhã ninguém esperava este desfecho. Joaquim Chissano — que toma hoje posse como Presidente da República e que assegurou a presidência da sessão de abertura — tinha lido o discurso de circunstância. Lembrou a liquidação do colonialismo e do racismo, enalteceu o trabalho da legislatura cessante, alertou que recordar a História é um imperativo dos povos que respeitam a unidade nacional; pediu o respeito pelas minorias, mesmo as não representadas no Parlamento, exortou à tolerância e ao diálogo, e discorreu sobre a importância da obtenção de consensos, do contacto com os eleitores, exigindo a vigilância do poder legislativo sobre o executivo a que irá ele mesmo presidir.

Antes de desejar boa saúde e boa cooperação entre todos, enumerou as prioridades nacionais: reforma fiscal, política de emprego, educação, saúde, aumento da rede escolar e sanitária. Um discurso limpíssimo para consumo interno e externo.

Seguiu-se a investidura dos deputados, simbolizada no mais idoso dos parlamentares eleitos — um septuagenário mulçumano e de Alcorão na mão — que leu o juramento "juro dedicar-me com toda a energia ..."; ouviram-se alguns arrufos de oratória sobre o uso do termo "camarada" pela Frelimo, escu-

taram-se as primeiras "gaffes" quando um deputado da UD se insurgiu contra essa expressão mas um minuto depois falou de "espírito de camaradagem", a que se seguiram as típicas gargalhadas sonoras de deputado sarcástico; viram-se manifestações de consternação contra a homenagem de Chissano — com chamada à tribuna e forte abraço — ao ex-presidente do parlamento, o "duro" e "dinosáurico" Marcelino dos Santos ("o homem que disse que nunca apertaria mão a Dhlakama e que a democracia não servia para Moçambique"). Tudo igual ao "script" do protocolo.

O golpe de teatro

Deveria seguir-se a eleição do presidente da Assembleia da República, estando alinhadas as candidaturas: Eduardo Mulembwe, ex-procurador geral da República, pela Frelimo, e Raul Domingos, pela oposição. Dos 250 eleitos faltavam seis deputados — três da Frelimo e três da Renamo — e, dada a inexistência de qualquer acordo de corredor e não estando prevista a figura de vice-presidente que poderia acalmar os ânimos, o candidato da Frelimo estava à partida eleito. A não ser que, através de um voto secreto, viessem ao de cima divergências frelimistas que desviassem os seis votos que a maioria detinha sobre a oposição.

Segundo a Frelimo, Chissano tentou conciliar sem conseguir. Segundo outros, criou ele mesmo as condições para o surgimento da "crise", não se coibindo de dizer que "tinha os 'ouvidos feridos' com algumas das argumentações.

A Renamo estava decidida a jogar forte. Quando parece improvável a possibilidade de participar no Executivo, já que Chissano tem dado indícios de que não se sente obrigado a dar à Renamo os lugares de governadores nas províncias ganhas por Dhlakama — resta àquele partido tentar a qualquer a preço o lugar de presidente da Assembleia, a segunda figura de Estado.

Depois de intrincados e morosos procedimentos que deram tempo à Renamo para elaborar uma estratégia de tudo ou nada, Chissano anunciou que se iria votar de braço no ar para decidir se a votação para a presidência do parlamento seria de braço no ar. Ou não. Ao que a Renamo se opôs, dado que o que pretendia era precisamente quebrar a fidelidade partidária. Afonso Dhlakama, que não é deputado, encontrava-se na sala como convidado e os bilhetinhos para Domingos sucediam-se. A ideia do boicote e abandono deverão ter cunho do líder do partido.

Sucederam-se as votações — como votar e o votar propriamente dito — com a Renamo e a UD sem tomarem qualquer posição, nem a favor, nem contra, nem abstendo-se. Quando Mulembwe está finalmente eleito e começa a ser aclamado, Renamo e UD abandonam a sala para se reunirem e, depois, deixarem o edifício.

Raul Domingos, em passo largo e mal disposto, ainda disse ao PÚBLICO: "Eles têm é medo, não podemos aceitar esta eleição porque não é democrática, isto ainda é estilo marxista linha dura, ainda paira a ditadura do proletariado, o receio da polícia secreta, eles não reagem abertamente, não é este o nosso parlamento".

Para já ficou patente que os nove deputados da UD — coligação totalmente apagada durante a campanha e que elegeu nove deputados por um provável engano do eleitorado Frelimo, "à boleia" — irão alinhar em concentração com Renamo e ontem mostraram de facto tendência para a dita boleia.

O modo como Joaquim Chissano "resolveu" a questão dividiu as opiniões. Esteve por vezes com um tom de voz que parecia enfasiado e sem paciência, puxou pelos galões da sua experiência internacional, dando a entender muito cedo — mesmo antes de todos os oradores discursarem — que se tratava de uma eleição nominal pelo que se justificaria o voto secreto. Chissano usou de facto a sua experiência: se é assim, então

para ser votado um procedimento (o modo de votar) já pode ser de braço no ar...

A sessão terminou numa situação de murro no estômago: os jornalistas com ar de que lhes estava a escapar algo, e os deputados da Frelimo a fazerem declarações curtíssimas e de fuga.

Sérgio Vieira, o antigo e temido ministro da Segurança de Samora Machel, e que irá ser um dos oradores de serviço da Frelimo, limitou-se a colocar um sorriso paternal: "Isto é apenas falta de educação, má criação, nada mais". Armando Guebuza, descrito em surdina como um dos homens mais ricos e poderosos de Moçambique, também desdramatizava: "Eles reconhecem a Constituição, eles participaram na revisão desta Constituição, esta actuação não faz sentido... dizer que não aceitam esta eleição por não ser democrática, um deputado deve tomar as suas decisões publicamente para ser responsabilizado perante os seus eleitores".

É de crer que, na segunda sessão, se tente de facto chegar a um consenso. A Renamo tem a máxima urgência em resolver questões logísticas — não tem onde hospedar os seus parlamentares, estes ainda não têm salários, não há regimento nem estatuto de deputado, salas, telefones, ou ideia sequer de qual será a frequência de sessões.

Para além dos discursos sobre a reconciliação nacional, Frelimo e Renamo até no bater das palmas são diferentes e bem ensaiadas. O partido no poder bate sempre, ao estilo de comité central (cadenciado, ordenado, e preferencialmente de pé, com as senhoras fazendo sons estridentes com a língua); a Renamo inventou as suas batidas (com força, pára de repente, bate outra vez, acelera). Nos corredores, os deputados da Frelimo exibem pose de deputado; na Renamo, há-os que lembram o novo aluno que veio da província.

A palavra na tribuna, essa, será privilégio de poucos. Como em todo o lado. ■



“Não podemos pensar num partido armado”

EXPRESSO, 10.12.94

GUSTAVO COSTA

correspondente em Luanda

A PASSAGEM de membros da delegação da UNITA pelas ruas de Luanda, sob escolta da UNAVEM, ainda constitui motivo de curiosidade mas a cena vai-se tornando familiar. A chefiar a delegação que a UNITA decidiu enviar à capital angolana depois da assinatura do acordo de Lusaka está Isaias Samakuva, seu antigo representante em Londres. Em entrevista ao EXPRESSO diz sentir-se «bem» em Luanda e acreditar «na reconciliação entre os angolanos e no fácil reenquadramento» dos seus antigos companheiros que ficaram sob custódia e que «na condição de prisioneiros, nada podiam fazer».

EXPRESSO — Três semanas depois dos acordos de Lusaka, como avalla a desconfiança e os ressentimentos que ainda dividem o Governo e a UNITA?

ISAIAS SAMAKUVA — Creio que o diálogo está a fazer desaparecer as dúvidas e desconfianças. O povo está ansioso de paz e contamos com o seu apoio. A violência e a desconfiança existentes são apenas produto de planos organizados.

EXP. — Por quem?

I. S. — Não interessa agora acusar uns ou outros...

EXP. — Acha que, contrariamente àquilo que dizia há uma semana ao EXPRESSO o representante especial do SG da ONU, Alloune Beye, os espíritos bons ainda não venceram os demónios?

I. S. — Não. Dir-lhe-ei apenas que há um esforço que tem de ser feito em busca da paz mas há também muitas vontades por congregar e muitos obstáculos por ultrapassar.

EXP. — Quais?

I. S. — Vários. Pessoas incrédulas que é preciso convencer para que acreditem num processo sem dúvida complicado. O cessar-fogo ainda está frágil. É certo, a situação acalmou mas existe ainda alguma tensão que tem de ser reduzida.

EXP. — É ainda possível um retorno da UNITA à guerrilha, como chegou a admitir Savimbi?

I. S. — Tudo depende da evolução da situação. O que posso dizer é que a UNITA está empenhada neste processo com vontade de fazê-lo triunfar.

EXP. — A desmilitarização da UNITA, como prevêem os acordos de Lusaka, foi ou não assumida como um imperativo para a sua sobrevivência?

I. S. — O que se fez em Lusaka foi o retomar do que se tinha concordado em Bicesse. Se nós queremos caminhar para uma democracia verdadeira e para a constituição de um verdadeiro Estado de direito, não podemos pensar num partido político armado. É preciso constituir um exército único.

EXP. — Como é que um partido que advoga a paz e pugna por um Estado de direito admite, ainda que remotamente, o regresso à guerrilha?

I. S. — Tem de se admitir o regresso à guerrilha. Porque até nos EUA está consagrado que, quando os governos não satisfazem ou não cumprem aquilo para o qual foram eleitos ou constituídos, o povo tem o direito de contestá-los.

EXP. — Com armas?

I. S. — Depende. Se houver condições de o fazer politicamente, será desnecessário recorrer a armas.

EXP. — Não há essas condições?

I. S. — É um caminho de dois sentidos. A UNITA foi muitas vezes obrigada a defender-se com os meios ao seu alcance. Mas se isso não se tornar necessário, de certeza absoluta que a UNITA também não recorrerá às armas. Eis

a razão que nos leva a pensar que esta é uma oportunidade que ninguém devia deixar escapar.

EXP. — Reparou que tanto do lado do Governo como da UNITA os adversários da paz tornam-se cada vez mais perigosos?

I. S. — São perigosos sem dúvida. É preciso, no entanto, que os amigos da paz sejam mais fortes.

EXP. — E desta vez acredita mesmo nesta «terceira paz»?

I. S. — Sempre acreditei e quero continuar a acreditar.

EXP. — Tendo esta guerra servido os interesses de certos grupos dos dois lados, não recela que eles possam pôr em causa o processo?

I. S. — As forças que querem a paz têm de lutar da melhor forma possível para que seja a paz a instalar-se e não a guerra. Acredito que há forças que neste momento se constituem em inimigos da paz mas também acredito que não têm muitos adeptos.

EXP. — Como vão ser controlados os adversários da paz no seio da UNITA?

I. S. — Não concordo quando coloca o problema sobretudo em relação à UNITA. Acredito que, apesar de não haver unanimidade, essas forças não têm peso significativo dentro da UNITA.

EXP. — O silêncio de Savimbi parece-lhe preocupante?

I. S. — Esse silêncio deve-se ao facto de ele estar a ser procurado como uma agulha num palheiro e com meios extremamente sofisticados. É uma questão de segurança apenas; quem dirige a UNITA, quem conduziu o processo das negociações e quem conduz o processo em que estamos envolvidos é o dr. Savimbi. Toda a especulação a respeito da «troika» ou de grupos de pessoas que andam a fazer a campanha para a sua substituição é pura fabricação.

EXP. — Savimbi acatará o convite formulado pelo Presidente Eduardo dos Santos para se encontrarem «a qualquer momento e em qualquer parte do território nacional»?

I. S. — O dr. Savimbi assegurou em 19 de Outubro ao presidente do Conselho de Segurança, que estava pronto a encontrar-se com o Presidente Eduardo dos Santos logo que as condições estejam criadas.

EXP. — Porque o fantasma da segurança?

I. S. — Porque o dr. Savimbi não poderá, nem fará sentido, encontrar-se com o Presidente Eduardo dos Santos enquanto estiver a ser perseguido por aviões e forças

terrestres. Ainda há menos de uma semana, havia aviões de reconhecimento nas áreas onde nos encontrávamos reunidos com o dr. Savimbi. Isto não contribui para a criação de condições de segurança para o tal encontro, mas queremos crer que o processo tomará outra velocidade e que esses voos de reconhecimento e essas perseguições pararão.

EXP. — Como avalla a mensagem de reconciliação proferida no discurso de terça-feira do Presidente Eduardo dos Santos?

I. S. — Fico à espera que as palavras se traduzam em acções. Muitas vezes anunciam apenas intenções. Penso que o discurso foi claro mas as acções é que irão confirmar essa clareza. Só as palavras não chegam.

EXP. — E quanto ao papel de Portugal como país observador de todo este processo?

I. S. — Gostáramos de ver Portugal a desempenhar um papel mais útil, sendo neutro.

EXP. — Não tem sido?

I. S. — Pelos factos que se revelam cada dia que passa, concluo que não tem sido neutro, o que reduz a utilidade do seu envolvimento no processo.



“Toda a especulação a respeito de grupos de pessoas que andam a fazer a campanha para a sua substituição (Savimbi) é pura fabricação”

Sociedade civil assume lusofonia

José Eduardo Agualuz

Começa hoje, no Centro de Congressos da Feira Internacional de Lisboa, o I Congresso da Lusofonia.

A iniciativa, que se prolonga até ao próximo sábado, juntou na capital portuguesa perto de 1500 personalidades vindas de todo o mundo, entre escritores, empresários e representantes de diferentes organizações não governamentais. O primeiro-ministro, Cavaco Silva, e o ministro dos Negócios Estrangeiros, Durão Barroso, deverão estar presentes no acto de inauguração do congresso, pelas 15h30, esperando-se que o Presidente Mário Soares encerre os trabalhos. Soares esteve também na XII Conferência Internacional de Lisboa, que ontem se concluiu, promovida pelo Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais, sobre o tema "Democracia e integração no espaço de língua portuguesa". É a sociedade civil a tomar nas suas mãos o projecto da lusofonia, falhada que foi mais uma tentativa de instituir a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Com a aproximação da época natalícia um novo tema anima as conversas dos luanenses. Ainda se fala da guerra (cada vez mais remota), ainda se discute o paradeiro de Jonas Savimbi, mas aquilo que realmente parece preocupar os habitantes da velha cidade é o preço do bacalhau. Na Avenida Ho Chi Min, na Lenin, na Marechal Tito ou na Revolução de Outubro — o que resta dos 15 anos de regime marxista são estes nomes de que, aliás, ninguém se serve —, dezenas de crianças saltam para o asfalto, tentando vender aos automobilistas um pouco de tudo:

aparelhos de ar condicionado, latas de manteiga, cigarros, revistas brasileiras e portuguesas, ventoinhas, espelhos, navalhas ou relógios. Predominam nas últimas semanas as árvores de Natal, os respectivos enfeites e luzes, neve sintética, brinquedos para as crianças. O bacalhau, porém, não se encontra à venda nas ruas. Alguns comerciantes mandaram-no vir de Lisboa, mas os preços são muito altos e é isso que incomoda os luanenses. "Não há Natal sem bacalhau", afirma, convicto, um antigo funcionário das finanças. "Aprendemos isso com os portugueses."

Em Maputo, Cidade da Praia ou Rio de Janeiro milhões de pessoas pensam certamente da mesma forma. A lusofonia, porém, não se esgota neste particular laço gastronómico. "A comunidade dos países de língua portuguesa será no conturbado mundo de nossos dias um organismo vivo e actuante em favor da paz mundial e do progresso das sete nações que na Europa, na América e na África utilizam a língua portuguesa para transmitir ideias e beleza", escreveu o romancista Jorge Amado num recente testemunho de louvor ao actual embaixador brasileiro em Lisboa, José Aparecido de Oliveira, o grande dinamizador deste projecto.

A institucionalização da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa — que esteve agendada para finais de Novembro — voltou porém a ser adiada, facto que no entanto não perturba os responsáveis pelo I Congresso da Lusofonia. "O nosso encontro já tinha data marcada, antes mesmo de se falar na institucionalização da CPLP", afirma o professor Esmeraldo de

Azevedo, um dos promotores do congresso e membro do conselho directivo do Fórum da Lusofonia. "Nós somos a sociedade civil. O que pretendemos é apoiar os poderes políticos constituídos, congregando, para além disso, os esforços de todas as comunidades que falam o português, no sentido de desenvolver acções de solidariedade e cooperação entre os países lusófonos."

Contra os polícias da língua

Embora não tenham conseguido juntar nenhum dos nomes mais conhecidos da cultura que se expressa em português, os organizadores do I Congresso da Lusofonia esforçaram-se por trazer personalidades com diferentes posições sobre este tema, muitas delas de dúvida ou pelo menos alguma inquietação. É o caso do escritor angolano José Sousa Jamba, há vários anos radicado em Inglaterra, para quem "o conceito de lusofonia é qualquer coisa ainda muito obscura". "A integração de Angola numa eventual comunidade de países de língua portuguesa poderia favorecer o nosso país, mas também poderia empurrá-lo para um lugar secundário numa região onde a maioria dos Estados se expressa em inglês." Jamba receia ainda que o ideal da lusofonia possa ser utilizado em Angola para discriminar os angolanos de diferente ascendência cultural: "Há pessoas em Angola que se assumem como uma espécie de polícias da língua. Em Londres ouço muitas queixas de pessoas do Norte de Angola que, por razões históricas, fa-

lam francês. Essas pessoas sentem-se discriminadas em Luanda, porque o seu português não é perfeito."

Contrariando as teses alarmistas que ciclicamente surgem na imprensa portuguesa — alertando para o declínio do português em África —, todos os estudos que têm sido desenvolvidos sobre o assunto apontam para um claro movimento de expansão. Este movimento é particularmente expressivo em Angola, onde pelo menos um quarto da população tem no português a sua língua materna e praticamente toda a gente é capaz de o compreender. Em Moçambique a situação não é tão favorável (menos de dez por cento dos moçambicanos aprendem a falar em português) e preocupa suficientemente alguns intelectuais para que se tenham unido numa activa Associação Moçambicana da Língua Portuguesa, AMLP, presidida por Raul Bernardo Honwana. O facto de a língua portuguesa ser nestes países o idioma do poder, condicionando a ascensão política e social, explica o rápido crescimento do número de falantes, mesmo na ausência de uma política de afirmação do português, que Lisboa nunca conseguiu pôr em prática.

Os franceses, pelo contrário, investiram fortemente nesta área, criando centros culturais na Guiné-Bissau, Cabo Verde, Moçambique e Angola — onde só agora Portugal vai abrir o seu. Com uma política agressiva, coerente e economicamente sustentada, potenciando ao máximo a sua experiência africana, os franceses conseguiram fazer-se aceitar em todos os países africanos de língua portuguesa. Artistas, músicos e escritores africanos sentem hoje que sem o apoio francês o seu trabalho seria muito mais difícil. ■

- Abolicionismo e memória das relações raciais • Industrialização e desigualdade racial no emprego: o exemplo brasileiro • Cor e mobilidade social no Brasil • Uma nota sobre "raça social" no Brasil • Humor negro • Estado e destino do gueto: retrazendo a linha da cor urbana na América pós-fordista • Brasil-Estados Unidos: um diálogo que forja nossa identidade racial • O Brasil e a China: a cooperação em ciência e tecnologia em perspectiva histórica • Eleições na África do Sul: uma visão de primeira mão •

AFRO-ASIÁTICOS

Uma lança portuguesa na África francófona

PÚBLICO, 15.12.94

JOVEM militante do Partido Africano para a Democracia, que na época era ilegal, Malé Kassé decidiu aprender português para poder traduzir os panfletos do PAIGC: "O ensino do português no Senegal estava apenas no princípio", recorda. "O professor Benjamim Pinto Bull andava com um Fiat amarelo a recolher alunos pelos liceus de Dakar, a convencer esses alunos a estudar português. Ele contava com o apoio do Presidente Senghor, que de facto tinha um projecto para o Senegal — fazer do Senegal a Grécia negra, como ele dizia. E então deu prioridade ao ensino das línguas, incluindo o grego e o latim."

Malé Kassé é actualmente professor de Língua e Literatura Portuguesa na Universidade de Dakar e, juntamente com Ameth Kebe, veio a Lisboa representar o seu país no I Congresso da Lusofonia. É uma presença importante, capaz de surpreender quem ainda ignore que no centro do antigo império francês em África o português está em plena expansão: "Em todos os liceus do Senegal", confirma Ameth

Kebe, "existem hoje professores de português. Nos liceus os alunos podem escolher uma língua estrangeira, para além do francês e inglês, que pode ser o russo, o árabe, o italiano, o espanhol, o alemão ou o português. Na Universidade de Dakar há cerca de 400 alunos a estudar língua e literatura portuguesa, metade dos quais no primeiro ano". Em 1986, constituiu-se mesmo uma Associação de Professores de Português, que agrupa cerca de 60 profissionais. O português conhece particular expansão na região de Casamansa, junto à fronteira com a Guiné-Bissau, onde são inúmeros os sinais da presença lusitana.

"O nosso destino parece ser ficarmos sentados entre duas cadeiras", diz Kassé, que nasceu numa pequena aldeia de camponeses e criadores de gado, no Nordeste do país, e só aos dez anos aprendeu a falar a língua de Voltaire. "No liceu, em Dakar, aprendi a sentar-me entre duas cadeiras, uma que representa a minha raiz africana, a minha língua, o fula, e outra mais universal, re-

presentada pela língua francesa". Em Junho de 1975, veio pela primeira vez a Lisboa: "Foi uma época fascinante. Era muito fácil aprender português, não na faculdade, mas nas ruas, porque ao fim de 50 anos de silêncio o que as pessoas queriam era conversar".

Não se pense, porém, que é fácil a vida dos professores de Português no país de Senghor: "Falta a Portugal uma política da língua", acusa Malé. "A verdade é que nós nos sentimos um pouco abandonados. A Alemanha, por exemplo, fornece manuais a todos os alunos, além de viagens anuais aos professores que queiram visitar o país. Por outro lado, o Instituto Goethe é extraordinariamente activo, desenvolvendo ao longo do ano acções diversas, entre ciclos de cinema, conferências e cursos de língua. O mesmo acontece com os espanhóis, que concedem perto de 20 bolsas todos os anos aos estudantes. Portugal não vai além de dez, e nem sequer paga as passagens". Mais grave do que isso, o Instituto Camões — que é teoricamente a entidade responsável pela política da língua portuguesa no mundo —

deixou também de enviar livros, alegando não ter responsabilidades nessa área.

O I Congresso da Lusofonia, que hoje tem início, poderá servir também para discutir o papel da sociedade civil no apoio à língua portuguesa, havendo muito a aprender com a francofonia: "A francofonia", explica Malé, "é um conceito que evoluiu muito. No início, aquilo que os franceses pretendiam era simplesmente manter o seu mercado intacto para as pequenas e médias empresas, que não conseguiriam sobreviver doutra maneira; com a entrada do Canadá as coisas mudaram. Hoje já se define francofonia como uma comunidade de comunidades, e uma das políticas seguidas diz respeito ao apoio às línguas africanas. Obrigarem-me a falar apenas francês seria o mesmo que me cortarem uma perna, eu teria de andar de muletas. Agora, também não estou contra o ensino do francês. O facto de os angolanos falarem português e os senegaleses francês, além das respectivas línguas nacionais, é uma riqueza, é simplesmente algo que nos acrescenta." ■ J.E.A.

Luta pela independência

PÚBLICO, 15.12.94

A FLEC/RENOVADA, uma das numerosas facções da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), exigiu ontem a instalação de uma rede de água potável, uma escola e um posto médico em Caio-Caiado, em troca da libertação dos três polacos que detém desde 29 de Novembro, anunciaram as agências France-Presse e Lusa.

Numa carta dirigida à empresa italiana de exploração florestal para a qual trabalham os polacos, a FLEC/Renovada, de José Tibúrcio Zinga Luemba, pede a um representante da socie-

dade, Eduardo Castan, que vá ao Zaire negociar a libertação dos três homens.

Por seu turno, o enviado do governo polaco, Roman Czyzycki, que contactou as autoridades angolanas e os independentistas, recusou-se a prever o desfecho do caso.

Piotr Dietrych, Krzysztof Kur e Ryszard Zaborowski foram interceptados numa estrada a 20 quilómetros da capital do território, Tshowa (ou cidade de Cabinda), quando os chamaram para desempenhar um veículo.

Enquanto isto, um novo grupo surgiu na controversa província rica em petróleo: o

Comité dos Nacionais de Cabinda (CNC), "organização política que reagrupa no seu seio cabindenses sem distinção de origem, raça, língua ou religião", que pretende ser sobretudo "porta-voz dos anseios e do drama" de quem ali vive.

Num Manifesto entregue ao PÚBLICO, em Lisboa, o CNC apresenta entre os seus objectivos levar ao conhecimento do mundo "injustiças, falta de liberdade e massacres perpetrados contra o povo de Cabinda", bem como "promover a conscientização do povo para se acabar com a apatia política".

Diz ainda aquele grupo que pretende um renascimento cultural baseado na língua ifiote/ibinda e "levar o Governo português a assumir activamente a questão cabindesa", bem como levar as transnacionais que operam em Cabinda a assumirem as responsabilidades sociais e a participarem no desenvolvimento local.

Os defensores da independência do território, de 10 mil quilómetros quadrados, queixam-se de o mesmo só ter um hospital e duas escolas de nível médio, sem qualquer instituição de ensino superior. ■

E S T U D O S
AFRO-ASIÁTICOS

26

E S T U D O S
AFRO-ASIÁTICOS

26

E S T U D O S
AFRO-ASIÁTICOS

26

Angola: França cobiça lugar na 'troika'

PÚBLICO, 17.12.94

ENQUANTO em Portugal o chamado «caso das OGMA» continua a alimentar a crónica política interna, as autoridades francesas conseguiram abafar um assunto bem mais melindroso: o da venda de sofisticados mísseis à UNITA, em flagrante violação do embargo decretado pela ONU em Setembro de 1993.

O facto não é desconhecido em Portugal, visto que três televisões portuguesas (RTP, TVI e SIC) que estiveram no Huambo pouco depois da reocupação da cidade pelas Forças Armadas angolanas (FAA) tiveram a oportunidade de filmar, entre o material capturado à UNITA, caixotes ainda intactos com mísseis anti-aéreos «Mistral» e mísseis antitanque «Milan», de fábrica francês.

Armas idênticas foram encontradas em outras bases evacuadas pela UNITA durante a ofensiva que antecedeu os acordos de Lusaka, nomeadamente o Soyo.

Como é hábito com este tipo de armas convencionais, não sujeitas a controlo, é impossível provar que o Governo de Paris esteve directamente envolvido no negócio: foram encontradas em Angola armas provenientes de pelo menos 21 países e os vendedores podem sempre alegar que foram enganados quanto ao destino final das exportações. No caso vertente, vários países africanos francófonos (ligados a Paris por acordos militares formais, e que figuram ou figuraram até uma data recente entre os mais fiéis alia-

NICOLE GUARDIOLA*

dos do movimento de Savimbi) podem ter desempenhado o papel de intermediários: Marrocos, Zaire, Costa do Marfim, Congo...

Mais chamativo é o aproveitamento político e diplomático feito da alegada parcialidade do Governo de Lisboa em relação ao conflito angolano para afastar Portugal da «troika» de países observadores dos acordos de Bicesse. Ainda esta semana, o «general» Paulo Lukamba Gato, «ministro-coordenador» da UNITA, voltou a afirmar a intenção de pedir a suspensão do mandato de Portugal como observador na primeira reunião da Comissão Conjunta a realizar logo após o regresso a Luanda do representante do secretário-geral da ONU, Alioune Beye, previsto para segunda-feira.

Ex-delegado da UNITA em Paris, Gato é considerado o homem-forte do «lobby» francês junto do Galo Negro e tem privilegiado o acesso de jornalistas de língua francesa às zonas controladas pelo movimento.

Curioso é o facto de a UNITA não ter pedido também o afastamento da Rússia da «troika», apesar de Moscovo ter sido denunciado ao longo dos últimos dois anos como o principal fornecedor de armas a Angola. Confrontado pelo EXPRESSO com a aparente incoerência desta actitude, o «brigadeiro» Chas-sanha, número dois da repre-

sentação da UNITA, manifestou embaraço mas acabou por reconhecer que a Rússia deveria merecer desconfiança igual e que «a 'troika' corre o risco de passar a ser puxada por um único cão» (sic).

Para várias fontes diplomáticas ocidentais, as pressões exercidas para enfraquecer a posição de Portugal não são alheias a uma «forte apetência de Paris» por um lugar na «troika», com o pretexto de «reequilibrar» o excessivo «escoramento a favor de Luanda». Por detrás da defesa da necessidade de impedir o esmagamento da UNITA estariam interesses económicos franceses — também patentes no apoio aos movimentos separatistas de Cabinda, anterior à descolonização — que não vêem com bons olhos a intensificação das relações do triângulo Luanda/Pretória/Washington.

Para a UNITA, a França, membro permanente do Conselho de Segurança e um dos líderes da União Europeia, é candidato de eleição para substituir o tradicional «aliado americano». Com efeito, apesar das esperanças do movimento de Savimbi em relação à recente vitória republicana nas eleições para o Congresso, não se vislumbra qualquer alteração — a curto ou a médio prazo — da política de Washington para Angola. Pelo contrário, Angola parece ser a única área da política externa americana em que os republicanos não questionam as orientações seguidas pela Administração Clinton (que

por sua vez manteve a linha de rumo traçada pelo antecessor Bush, a partir de Bicesse).

Numa carta dirigida a semana passada ao Presidente dos EUA (e assinada, entre outros, pelo ultraconservador Jesse Helms, futuro presidente da Comissão de Relações Exteriores do Congresso), representantes dos dois partidos encorajam o Departamento de Estado a continuar a intervir activamente na solução do conflito angolano e apoiam o envio rápido de um contingente da ONU para aquele país.

A posição «pró-UNITA» de Paris insere-se numa disputa de esferas de influências mais vasta ao nível do continente africano — que teve no Ruanda uma das expressões mais significativas. A França gostaria de ultrapassar a tradicional dicotomia entre «francófonos» e «anglófonos» para aparecer como «defensora dos interesses europeus» em África perante o reforço da intervenção americana, atraindo para o seu campo Londres e Berlim.

Aliás, o «escândalo das armas» é apenas a ponta do «iceberg» da luta feroz pelos mercados ligados à «reconstrução e ao desenvolvimento de Angola», ao lado da qual, segundo os analistas, a batalha pelos contratos de reconstrução do Koweit parece «brincadeira de crianças».

Favorecida pela proximidade

Continua na pág. 12

O investigador Carlos Lopes não esquece a sua terra

Sacrificar a ONU à Guiné-Bissau

PÚBLICO, 18.12.94

Jorge Heitor

Carlos Lopes, alto funcionário das Nações Unidas, declara-se muito interessado em vir a ter protagonismo no próprio país, a Guiné-Bissau, preferindo contribuir para o seu desenvolvimento a seguir a todo o custo uma carreira burocrática internacional.

O director da planificação estratégica do Programa das Nações Unidas para

o Desenvolvimento (PNUD), Carlos Lopes, natural do Cacheu, afirmou ao PÚBLICO que pretende contribuir para a criação de um modelo económico e social destinado à Guiné-Bissau, estando muito interessado em vir a ter protagonismo no seu país.

Após ter participado em Lisboa numa conferência sobre a democracia e a integração no espaço de língua portuguesa, Lopes recordou-nos que continua a ser membro do conselho geral do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), por ele fundado em 1984 e agora dirigido em Bissau por Carlos Cardoso. Por isso mesmo, por nunca esquecer as suas raízes, após seis anos na ONU, é que também dá uma grande importância à Associação Gui-

neense de Ciências Políticas (Acipol), criada no mês passado, como plataforma de diálogo entre a oposição e o regime, para que a democracia ganhe mais força.

A Acipol tem o patrocínio da Associação Africana de Ciências Políticas, cuja sede é no Zimbabwe e que congrega ministros do Senegal, da Tanzânia e da Zâmbia. O objectivo da associação é tornar-se um fórum para o desenvolvimento na Guiné-Bissau da espécie de sociedade civil que já existe noutras partes da África e que é essencial para o funcionamento de qualquer sistema democrático.

Unir Kumba
e o PAIGC

Carlos Lopes contou-nos que na nova associação, a cujo conselho consultivo pertence, estão pessoas tão diferentes como o candidato presidencial derrotado à segunda volta, Kumba Ialá, Manuel Santos, conselheiro informal do presidente Vieira, João da Costa, Filinto Barros, Bernardino Cardoso, Isaac Monteiro, Aristides Gomes e Helder Vaz. Aí se cruzam pois desde figuras do PAIGC a diversas sensibilidades da oposição, incluindo um dirigente do Movimento Bafatá.

Para o homem do PNUD, esta é a primeira oportunidade que se oferece à Guiné-Bissau

Continua na pág. 12

Angola: França cobiça lugar na 'troika'

dade geográfica, a África do Sul é um dos países mais em evidência nesta corrida, mas as suas empresas não dispõem, na generalidade, de autonomia financeira e tecnológica suficiente para intervir isoladamente e trazem associadas multinacionais e capitais de outros países. Os acordos «triangulares», que tornam ainda mais complexo o jogo da concorrência entre países, não são novidade, a nível privado ou estatal, e têm permitido a vários governos contornar embargos internacionais ou intervir em operações que não seriam bem aceites pelas respectivas opiniões públicas se desenvolvidas às claras. No caso da cooperação militar com Luanda, destaca-se o papel de Israel — fundamental no reequipamento e no rearmamento da Força Aérea angolana, o que não foi o caso em relação às OGMA —, que teve início em 1992, num ambiente de relativo secretismo por não existirem relações diplomáticas entre os dois países.

O «lobby» português da UNITA

As contradições surgidas no âmbito do Governo de Lisboa quando foi confrontado com o «escândalo» da alegada «violação do embargo sobre a venda de armas letais a Angola» não é alheia a posição ambígua que sempre caracterizou o chamado «lobby da UNITA» em Portugal. Politicamente, o movimento de Savimbi tem apoios em todos

os partidos políticos portugueses, com excepção do PCP. Mas enquanto os motivos ideológicos de tal atitude são claros por parte das forças e das individualidades que sempre fizeram do anticomunismo uma das principais bandeiras (Manuel Monteiro, o CDS, Alberto João Jardim...), há também motivações mais imediatas e «pragmáticas» relacionadas com a comunidade portuguesa na África do Sul.

Não é segredo para ninguém o papel que determinadas figuras dessa comunidade desempenharam junto da UNITA, quer no abastecimento directo de determinados bens, quer como intermediários no comércio «import-export» — o legal e o ilegal — entre as zonas controladas pelo Galo Negro e a África do Sul e a Namíbia. Grupos como os de Horácio Roque ou Joe Berardo (para citar apenas os mais conhecidos em Portugal), com base na África do Sul e investimentos importantes em Portugal, não tiveram grandes problemas em sustentar que o apoio à UNITA era a atitude que mais convinha à defesa dos interesses portugueses, enquanto esta era também a política oficial do regime branco de Pretória.

Agora que a África do Sul e a Namíbia estão a jogar forte na conquista do mercado angolano, os grupos luso-sul-africanos correm o risco de ser colocados perante a necessidade de uma escolha difícil. Ou «alinham» com os sul-africanos (para quem os laços privilegiados de Luan-

da com Portugal, baseados em vínculos históricos, culturais e de amizade, constituem obstáculo à intensificação dos intercâmbios e da cooperação intra-regional), ou se assumem como parte da «comunidade lusófona» actuando ao lado de Portugal e do Brasil na defesa de interesses comuns nos dois principais PALOP — Angola e Moçambique.

A imprensa portuguesa não tem sido sensível a esta problemática, mas para as empresas e os sectores mais directamente envolvidos na cooperação com estes dois países africanos não há dúvidas de que os interesses de Portugal e da África do Sul já entram em rota de colisão e que neste contexto qualquer incidente que tenda a deteriorar as relações entre Lisboa, Maputo e Luanda prefigura um autêntico crime de lesa-pátria com reflexos negativos para Portugal. Na qualidade de principal apoiante financeiro do «lobby» português da UNITA os luso-sul-africanos funcionariam consciente ou inconscientemente como cavalo de Tróia da África do Sul para enfraquecer as perspectivas de desenvolvimento a longo prazo da cooperação portuguesa com os PALOP.

Por sua vez, os responsáveis pela política externa portuguesa não se mostraram capazes de explicar porque consideram a cooperação militar como um vector fundamental da estratégia de reforço das relações com os PALOP. Em Maputo como em Luanda, a criação das Forças Armadas

assume uma importância cada vez maior como instrumento de afirmação da identidade e da soberania nacional em tempo de paz. Com efeito, estas forças armadas são chamadas a garantir a inviolabilidade das fronteiras e a integridade geográfica dos países, exactamente os pontos fracos de Angola e Moçambique desde a independência, e que não se encontram ainda devidamente acautelados (ter em conta as questões de Cabinda, os problemas fronteiriços com a Namíbia, a Zâmbia e o Zaire no caso de Angola, com o Zimbabwe, o Malawi e a África do Sul no caso de Moçambique).

Sem estas explicações, as afirmações de Durão Barroso sobre a vontade portuguesa de intensificar a cooperação com os PALOP, e a de Angola em particular, «em todos os domínios, incluindo o militar», aparecem como uma espécie de desafio gratuito aos sectores que continuam a defender a neutralidade e a equidistância como a política mais genuinamente patriótica em relação a Angola e Moçambique, para salvaguardar o bom nome e os interesses de Portugal em África. Equidistância, neutralidade e contenção que (como prova a venda de armas francesas) não são praticadas por outros países interessados em defender ou em alargar as respectivas zonas de influência em África.

*Jornalista;
colaboradora do EXPRESSO
e correspondente
de «El País»

Continuação da pág. 11

Sacrificar a ONU à Guiné-Bissau

de discutir as questões políticas num âmbito suprapartidário, com uma certa qualidade de debate, já que se trata de um espaço não directamente relacionado com a luta pela conquista do poder.

Por outro lado, a Acipol deverá servir para o estudo de um modelo próprio de desenvolvimento para a Guiné-Bissau, dado que a simples transposição para a África de esquemas democráticos ocidentais nem sempre deu muito bom resultado, nem satisfaz cabalmente as populações mais carenciadas.

Depois das eleições presidenciais e legislativas que se efectuaram este ano, não há grande vontade das forças de segurança e de outros sectores afectos a uma parte do PAIGC em aprofundar verdadeiramente a democracia,

dando iguais oportunidades a todas as correntes de opinião. Por isso mesmo, conforme Carlos Lopes disse ao PÚBLICO, ao aceitar uma equiparação da nova associação à Sedes portuguesa, é que alguns elementos das camadas mais esclarecidas decidiram avançar com um espaço de reflexão e de debate, para que a vida dos guineenses possa vir a ser melhor, dentro de algum tempo.

Segundo Lopes, a principal luta política que se trava actualmente na Guiné-Bissau é dentro do próprio PAIGC, que não chegou a ter 40 por cento dos votos nas legislativas, mas que, mercê de uma lei eleitoral apoiada no método de Hondt, ficou com 62 dos 100 deputados. E o

mais paradoxal desta situação é que essa lei quase foi imposta pela oposição ao regime de João Bernardo Vieira...

O país vive das ajudas externas e o programa de reestruturação aconselhado pelas instâncias internacionais apenas tem servido para uma «acumulação primária de capital», ou seja, para o enriquecimento de alguns, enquanto na maior parte do território se mantêm condições de pobreza.

A dívida externa «per capita» é de 750 dólares, e o produto nacional bruto não chega a ser de 200 dólares por cada guineense, o que vai obrigar à adopção de medidas drásticas, como a racionalização do aparelho do Estado.

Uma maioria de cidadãos parece descontente com o

que tem sido a administração do país desde a proclamação unilateral da independência, em 1973, mas a verdade é que se mantém um nível de «paz civil» que Lopes considera invejável no continente africano. Os guineenses são, na sua maioria, bastante pobres, mas não reagem de forma violenta à incapacidade dos herdeiros de Amílcar Cabral para gerir o seu legado.

Os movimentos
esgotam-se

«Os movimentos de
libertação nacional esgo-

Continua na pág. 13

Conferência Nacional do ANC está a decorrer em Bloemfontein

Um profundo exame de consciência

PÚBLICO, 19.12.94

Steven Lang,
em Johannesburg

O secretário-geral do ANC, Cyril Ramaphosa, traçou um retrato bastante crítico do que se está a passar naquele partido, sete meses após a sua chegada ao poder. Numa África do Sul onde as excelentes infra-estruturas coexistem com enormes áreas de pobreza, que são um obstáculo à necessária estabilidade.

Naquela mesma Bloemfontein (Fonte das Flores) onde nasceu há 83 anos, o Congresso Nacional Africano (ANC) está desde sábado a fazer um profundo exame de consciência sobre o que tem sido a sua transição de movimento de combate ao "apartheid" a partido maioritário; e o secretário-geral, Cyril Ramaphosa, traçou ontem um panorama sombrio, dizendo que há "cliques, facções

e tensões".

Reunido em Conferência Nacional de 2700 delegados no Estado Livre de Orange, uma das províncias mais conservadoras do país, o partido de Nelson Mandela escolheu para tema dos seus cinco dias de debate a passagem "da Resistência à Reconstrução", tendo constatado que está a atravessar uma forte crise de identidade.

Ramaphosa, que aparentemente disputa ao primeiro vice-presidente Thabo Mbeki a sucessão de Mandela, disse que não há disciplina financeira e que vão escasseando os recursos ao partido que ganhou as eleições gerais de Abril último, correndo o ANC o perigo de não conseguir enfrentar os múltiplos desafios que se lhe deparam.

"O clima de instabilidade em muitas zonas, a proliferação de armas e o elevado índice de desemprego criaram as condições para um aumento da actividade criminosa violenta", reconheceu o secretário-geral, dando assim razão aos que se preocupam por o triunfo político dos negros sul-africanos não haver sido acompanhado pela sua emancipação económica e social.

Parece haver um abismo crescente entre a direcção do ANC e as respectivas bases, pois que se os dirigentes do partido rapidamente conseguiram os privilégios inerentes a qual-

quer posição de poder, as condições de vida dos que os elegeram continuam praticamente na mesma, como eram há um ano ou dois. E, por isso, alguns críticos crêem que a Administração Mandela tem procurado contemporizar demasiado com a minoria branca.

Reconstrução e desenvolvimento

O Programa para a Reconstrução e Desenvolvimento, tão falado durante a campanha eleitoral de Abril, ainda não melhorou a situação da maioria dos cidadãos que votaram ANC, factor que começa a gerar um certo descontentamento e que terá de ser encarado muito a sério.

Onze comissões vão agora debater o relatório apresentado por Cyril Ramaphosa e tratar de diferentes aspectos sectoriais, como o ensino, a devolução de terras de que a minoria branca se tinha apropriado, a escassez de fogos para uma habitação condigna e o estado geral da economia.

Além disso, a Conferência Nacional que até quarta-feira decorre em Bloemfontein terá de eleger uma direcção de seis elementos e uma Comissão Executiva de mais de 50. Ninguém parece duvidar de que Mandela continuará na presidência e de que Thabo Mbeki ficará com a vice-presidência do partido, no lugar de Walter Sisulu, de 82 anos, que decidiu abrir caminho a pessoas mais novas.

Para os outros lugares cimeiros, aposta-se no zulu Jacob Zuma, em contraponto a uma direcção essencialmente da etnia xhosa, e na mestiça Cheryl Carolus. Mas o político cujo futuro vai ser mais debatido é sem dúvida alguma o secretário-geral Ramaphosa, presidente da Assembleia Constituinte que se formou após as eleições de Abril.

Quando há sete meses e meio Mandela escolheu Mbeki para primeiro vice-presidente e propôs a Ramaphosa a pasta dos Negócios Estrangeiros, este preferiu ficar de fora do Governo, para não ter de se sujeitar hierarquicamente a um homem cuja posição de delfim parece cobçar.

Agora, na Conferência em curso, o antigo dirigente sindical — que se desejar abandonar a política tem já convite para o Conselho de Administração de uma grande empresa — não teve complacências: certas federações regionais do ANC é como se já não existissem, encontram-se num "estado lamentá-

vel" e será necessário "ressuscitá-las", para conseguir ganhar as autárquicas de 1995.

Ramaphosa foi implacável na sua autocritica, dizendo que a direcção do antigo movimento de luta contra o apartheid nem sempre soube estar à altura das circunstâncias pós-eleitorais, nem sempre respondeu a tempo aos desafios, deixou de sancionar os que actuam à margem da disciplina partidária e foi incapaz de formar "uma segunda geração de responsáveis".

Por outro lado, manifestou-se a favor da continuação da aliança do ANC com o Partido Comunista e com a central sindical Cosatu, ao contrário do que defende a segunda força política representada no Governo, o Partido Nacional, de Frederik de Klerk, que é agora o segundo vice-presidente da África do Sul.

Sábado, ao abrir a quadragésima nona Conferência Nacional do Congresso Nacional Africano, o Presidente Nelson Mandela defendeu o prosseguimento da política de reconciliação, dizendo que não pode haver reconstrução nem desenvolvimento sem paz e estabilidade.

Mandela reconheceu que a concretização dos projectos legislativos susceptíveis de melhorar a qualidade de vida da maior parte dos sul-africanos tem sido mais morosa do que o desejável; mas logo observou que isto permite evitar grandes erros. E declarou que pretende continuar com a estabilidade económica, mesmo que a política actual possa irritar os que "estão legitimamente impacientes de ver muita coisa mudar". ■

* com Reuters e AFP

Continuação da pág. 12

Sacrificar a ONU à Guiné-Bissau

tam-se depois de alcançada a independência. São para isso mesmo (para obter a independência) e não conseguem construir depois uma nova realidade económica", observou Carlos Lopes na sua conversa com o PÚBLICO.

O falhanço do sistema de ensino é, também ele, "uma das grandes tragédias da Guiné-Bissau", pois ter a generalidade da população alfabetizada é mais importante para um país do que possuir grandes recursos naturais. Não serve de muito ter-se passado, em 20 anos, de 14 para cima de 600 licenciados, se mais de 80 por cento dos cida-

dãos continuam a ser analfabetos.

Talvez por uns 800 mil guineenses ainda não saberem ler nem escrever (só 11 por cento é que se expressam em português, 53 por cento falam crioulo e os restantes diferentes línguas nacionais) é que — no entender de Carlos Lopes — nenhum partido teve até agora um programa sólido para o desenvolvimento do país. Os povos que não possuem instrução ficam marginalizados e a Guiné-Bissau ainda não voltou a encontrar um homem com a capacidade daquele que, antes da proclamação da independência, foi assassinado uma noite em Conakri. ■

LIGUE (021)531-2000
RAMAL 259LIGUE (021)531-2000
RAMAL 259LIGUE (021)531-2000
RAMAL 259LIGUE (021)531-2000
RAMAL 259LIGUE (021)531-2000
RAMAL 259LIGUE (021)531-2000
RAMAL 259LIGUE (021)531-2000
RAMAL 259

